

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.632.357 - RS (2016/0271688-0)

EMBARGANTE : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS SA
ADVOGADOS : CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA DA SILVA E
OUTRO(S) - RJ115002
GERALDO QUEIROZ JUNIOR - PR046447
EMBARGADO : HOBI PRODUTOS CERÂMICOS LTDA
ADVOGADO : VIRGILIO CESAR DE MELO E OUTRO(S) - PR014114
INTERES. : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração em que a parte embargante aponta vícios na decisão embargada, conforme os seguintes excertos da petição:

A Decisão embargada conheceu mas rejeitou o citado Recurso Especial porque a decisão recorrida estaria correta quanto à necessidade de nova AGE para o pagamento em ações, e que rever essa afirmação revolveria fatos, com óbice na Súmula 07 do STJ, conforme o fundamento exposto em e-STJ Fl. 1011:

A parte embargada foi intimada para apresentar impugnação.

É o relatório. Decido.

Os embargos não merecem acolhimento.

Segundo o artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento e/ou corrigir erro material.

A decisão é clara quanto ao não conhecimento do recurso especial diante da incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ, quanto à possibilidade de pagamento mediante conversão de ações, pois o acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* consignou a não comprovação da realização de assembleia de conversão. Relativamente à alegação de omissão, a decisão embargada também é clara na medida em que afasta a alegação de violação do art. 1.022 do CPC/2015, conforme se percebe do seguinte trecho da decisão embargada (1.008-1.009):

Afasto a alegação de ofensa ao artigo 1.022, I e II, do CPC/2015, porque não demonstrada omissão capaz de comprometer a fundamentação do acórdão recorrido ou de constituir-se em empecilho ao conhecimento do recurso especial. A propósito, cito os seguintes precedentes: EDcl nos EDcl nos EDcl na Pet 9.942/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/02/2017, DJe de 14/02/2017; EDcl no AgInt no REsp 1611355/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA

TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe de 24/02/2017; AgInt no AgInt no AREsp 955.180/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe de 20/02/2017; AgRg no REsp 1.374.797/MG, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 10/9/2014.

O acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* de fato tratou especificamente da matéria relativa aos juros, conforme a seguinte transcrição (fl. 844):

Assim, não se considerando válida a oferta de ações nos termos apresentados pela executada, reconhece-se, por conseqüência, que: a) não há falar em cômputo já existente de eventuais dividendos e outras bonificações em favor do credor; b) improcede a pretensão da executada no sentido da inexigibilidade dos juros remuneratórios. É dizer que, seja em dinheiro ou através da conversão do crédito em ações, as diferenças a título de correção monetária integral preconizada no título em execução compreende também os reflexos de juros remuneratórios sobre estas diferenças, incidentes sobre os valores do tributo desde a data do recolhimento ou efetivo pagamento.

A pretensão de reformar o julgado não se coaduna com as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material contidas no art. 1.022 do novo CPC, razão pela qual inviável o seu exame em sede de embargos de declaração. Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. ART. 1.022 DO NOVO CPC.

1. A ocorrência de um dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC é requisito de admissibilidade dos embargos de declaração, razão pela qual a pretensão de mero prequestionamento de dispositivos constitucionais para a viabilização de eventual recurso extraordinário não possibilita a sua oposição. Precedentes da Corte Especial.

2. A pretensão de reformar o julgado não se coaduna com as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material contidas no art. 1.022 do novo CPC, razão pela qual inviável o seu exame em sede de embargos de declaração.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EAREsp 166.402/PE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/3/2017, DJe 29/3/2017).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA RECLAMAÇÃO. CONTRADIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA. CARÁTER PROCRASTINATÓRIO RECONHECIDO. APLICAÇÃO DE MULTA.

1. A contradição capaz de ensejar o cabimento dos embargos declaratórios é aquela que se revela quando o julgado contém proposições inconciliáveis internamente.

2. Sendo os embargos de declaração recurso de natureza integrativa

destinado a sanar vício - obscuridade, contradição ou omissão -, não podem ser acolhidos quando a parte embargante pretende, essencialmente, a obtenção de efeitos infringentes.

3. Evidenciado o caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração, cabe a aplicação da multa prevista no parágrafo único do art. 538 do CPC/1973.

4. Embargos de declaração rejeitados com aplicação de multa.

(EDcl na Rcl 8.826/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/2/2017, DJe 15/3/2017).

Cumprе ressaltar que os aclaratórios não se prestam ao reexame de questões já analisadas com o nítido intuito de promover efeitos modificativos ao recurso. No caso dos autos, não há omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz de ofício ou a requerimento devia se pronunciar, considerando que a decisão apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 05 de abril de 2018.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator